

REVOLTAS ESCRAVAS NO BRASIL

JOÃO JOSÉ REIS

FLÁVIO DOS SANTOS GOMES

(orgs.)

Revoltas escravas no Brasil

Copyright © 2021 by Os autores

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Victor Burton

Foto de capa

<completar>

Preparação

Cacilda Guerra

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Clara Diamant

Huendel Viana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, sr, Brasil)

Revoltas escravas no Brasil / João José Reis e Flávio dos Santos
Gomes (orgs.) — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2021

Vários autores

ISBN 978-65-5921-336-8

1. Escravidão – Brasil – História 2. Escravos – Brasil – História 3.
Escravos – Insurreições, etc. – Brasil I. Reis, João José. II. Gomes,
Flávio dos Santos.

21-61681

CDD-981

Índice para catálogo sistemático:

1 Escravidão : Brasil : História

981

Cibele Maria Dias _ Bibliotecária – CRB-8/9427

[2021]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

<i>Introdução: Um guia para a revolta escrava</i>	7
1. Palmares: batalhas da guerra seiscentista sul-atlântica	30
<i>Luiz Felipe de Alencastro</i>	
2. “Morte aos brancos, viva a liberdade!”: rebelião escrava em Camamu, Bahia (século XVII)	73
<i>Lara de Melo dos Santos</i>	
3. Um “levante, e sedição”? : poder, figuração social e mudança de status entre escravos e libertos na América portuguesa (Pernambuco, 1750-1815)	104
<i>Luiz Geraldo Silva</i>	
4. República negra: sublevações escravas na vila de Guaraparim, capitania do Espírito Santo (século XIX)	153
<i>Thiara Bernardo Dutra</i>	
5. A revolta haussá de 1809 na Bahia	177
<i>João José Reis</i>	
6. Laços da rebelião: revolta, etnicidade e família escrava em Campinas (1832)	227
<i>Ricardo Pirola</i>	

7.	“Nós somos os caramurus e vamos arrasar tudo”: a história da Revolta dos escravos de Carrancas, Minas Gerais (1833).	262
	<i>Marcos Ferreira de Andrade</i>	
8.	Escravos abolicionistas nas terras diamantinas (Minas Gerais, 1864).	325
	<i>Isadora Moura Mota</i>	
9.	A Syá ancestral: cosmologia e revolta na comunidade negra de Capão Alto, Paraná (século XIX)	364
	<i>Eduardo Spiller Pena</i>	
10.	“Porque os brancos eram uns pelos outros, os negros também deviam fazer o mesmo”: revoltas escravas no Rio Grande do Sul na segunda metade do Oitocentos	413
	<i>Paulo Roberto Staudt Moreira</i>	
11.	Insurreições escravas no Rio Grande do Sul (século XIX)	458
	<i>Mário Maestri</i>	
12.	Política antiescravista na fronteira: São Mateus, Espírito Santo (1884).	512
	<i>Yuko Miki</i>	
13.	Resistência e rebeldia: escravidão e pós-abolição no extremo sul da Bahia (1880-1889).	539
	<i>Iacy Maia Mata e Ricardo Tadeu Caires Silva</i>	
14.	Revoltas em três tempos: Rio de Janeiro, Maranhão e São Paulo (século XIX)	588
	<i>Flávio dos Santos Gomes e Maria Helena P. T. Machado</i>	
	<i>Sobre os autores</i>	647
	<i>Índice remissivo</i>	653

Introdução

Um guia para a revolta escrava

João José Reis e Flávio dos Santos Gomes

O Brasil foi o principal importador de africanos escravizados nas Américas. Em torno de 46%, ou 4,8 milhões dos quase 11 milhões desembarcados no continente americano (subtraindo os mortos na travessia) foram transportados em navios luso-brasileiros enquanto durou o tráfico transatlântico. Os britânicos seguiram com cerca de 26%. Além disso, duas das mais importantes cidades onde viagens negreiras eram organizadas estavam no Brasil: Rio de Janeiro e Salvador. Do Rio saíram navios responsáveis por 17% das viagens; os navios que partiram de Salvador representavam 15%. A terceira colocada ficava na Inglaterra, Liverpool, de onde saíram para prear a África pouco menos de 15% dos navios negreiros.¹

Esses números dão uma ideia da importância da escravidão africana para a formação social, econômica e cultural da América portuguesa, território que depois de 1822 veio a formar o Brasil. São também um índice da participação superlativa do Brasil na tragédia humana que foi o tráfico transatlântico de

1. Ver dados em The Trans-Atlantic Slave Trade Database (TSTD), <www.slavevoyages.org>, acessado em 25 jan. 2019. Ver também David Eltis e David Richardson, *Atlas of the Transatlantic Slave Trade* (New Haven: Yale University Press, 2010), p. 39, sobre a proporção de viagens organizadas em cada porto.

africanos. Alguns fatores concorreram para que fosse assim. A região era o ponto mais próximo da África nas Américas e isso, aliado aos sistemas de ventos e correntes, encurtava as viagens através do Atlântico. Ademais, Portugal foi pioneiro naquele ramo de negócio, estabelecendo feitorias ao longo do litoral africano desde o século xv. Até a proibição definitiva do tráfico para o Brasil, em 1850, sua principal força de trabalho se reproduziu e expandiu sobretudo através da importação de cativos africanos.²

A produção de açúcar foi o primeiro setor da economia a empregar grande número de africanos escravizados. No início, eles foram trazidos das ilhas atlânticas portuguesas como mão de obra especializada: artífices, mestres de açúcar, purgadores. O trabalho nos canaviais era feito por indígenas em geral escravizados. Entre meados do século xvi e a primeira metade do século seguinte, os africanos aos poucos substituíram os trabalhadores nativos no eito. Nos três séculos ulteriores, a escravidão africana se espalhou dos canaviais para a mineração, cafezais, fazendas de gado e charqueadas, plantações de fumo algodão, roças de agricultura alimentar, além das mais diversas ocupações urbanas, inclusive o ofício mecânico e o setor fabril, e naturalmente os serviços domésticos. Enfim, a escravidão estava em toda parte.³

Ao longo do século xviii, os africanos escravizados foram usados na exploração das minas descobertas no final da centúria anterior. A mineração, porém, já dava sinais de fraqueza em meados do Setecentos, e se encontrou com um novo impulso da agricultura de exportação na virada do Oitocentos. Durante a primeira metade desse novo século a escravidão no Brasil experimentou uma vigorosa expansão nos meios rural e urbano, em paralelo à intensificação do tráfico de escravos. A economia açucareira se recuperava de um longo período de estagnação, aproveitando agora um mercado internacional ampliado a partir da Revolução do Haiti (1791-1804), uma vitoriosa

2. Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000); idem, "Brazil in the South Atlantic", *Mediations*, n. 23 (2007), pp. 125-174.

3. Ver, por exemplo, Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985); John Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994); Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos índios no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1992); Yuko Miki, *Frontiers of Citizenship: A Black and Indigenous History of Postcolonial Brazil* (Cambridge: Cambridge University Press, 2018).

revolta que abolira a escravidão e desmontara a economia agroexportadora na mais rica colônia europeia no Caribe. Os engenhos brasileiros prosperaram a toda vela até que, a partir da década de 1830, tiveram que enfrentar a competição crescente e acirrada de Cuba. Nessa altura, a lavoura do café — instalada principalmente no Sudeste — já começava sua ascensão para se estabelecer como carro-chefe da economia na recém-inaugurada da nova nação do Atlântico Sul.

Foi durante o século XIX que, proporcionalmente, o Brasil mais recebeu cativos da África. Se contabilizados os três séculos de duração do tráfico transatlântico para a região, os anos entre 1800 e 1850 valeram por 43% do total de africanos desembarcados, ou seja, cerca de 2 milhões. Como é sabido, apesar da proibição total do chamado “infame comércio” em 1831 — sem contar a proibição parcial acima da linha do equador, em 1815-1817 —, ele prosseguiu com pouco sobressalto até 1850, além de desembarques residuais após essa data. Para o Sudeste — leia-se em especial o Rio de Janeiro — seguiram 47% e para a Bahia 32% do tráfico negreiro internacional nesse período. Com sua proibição definitiva em 1850, a população escravizada declinaria no conjunto do país, apesar de crescer nas regiões cafeeiras mais prósperas, ao longo das duas décadas seguintes, por meio do tráfico interno, sobretudo no sentido norte-sul. No conjunto, seguiram para o centro-sul do país pelo tráfico interprovincial em torno de 222,5 mil cativos, entre 1850 e 1881, até que taxas proibitivas de importação foram impostas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as principais províncias importadoras. Somem-se a esses os cativos traficados no interior de cada província, um intenso movimento intermunicipal que resultou, por exemplo, no encolhimento da escravidão em grandes cidades como o Rio de Janeiro.⁴

4. David Eltis e David Richardson, “A New Assessment of the Transatlantic Slave Trade”, in Eltis e Davidson (orgs.), *Extending the Frontiers: Essays on the New Transatlantic Slave Trade Database* (New Haven: Yale University Press, 2008), pp. 49-51, em combinação com o banco de dados TSTD. Para o paulatino declínio da população escravizada na segunda metade do século XIX, ver Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888* (Berkeley, University of California Press, 1972), pp. 283-285. Sobre o fim do tráfico transatlântico para o Brasil, ver o trabalho enciclopédico de Beatriz Mamigonian, *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 2017), e o clássico sobre sua diplomacia, de Leslie Bethell, *The Abolition of the Brazilian Slave Trade: Britain and the Slave Trade Question, 1807-1869* (Cambridge: Cambridge University Press, 1970). A respeito do tráfico interno, apenas a

Difundida por todo o território nacional, pelos diversos setores da economia, conformando todas as instituições sociais e moldando projetos políticos, a escravidão brasileira alcançaria seu ápice, declínio e ocaso no século XIX. Saliente-se que a propriedade escrava não se limitava a grandes senhores de engenho, fazendeiros e mineradores, embora se verificasse sua maior concentração a partir do fim do tráfico.⁵ Ainda assim, em geral, tanto no campo como na cidade era grande o número de pequenos escravistas, donos de um, dois, três escravos empregados na pequena lavoura, no trabalho de rua ou nos afazeres de casa. Por todas essas características, as pessoas escravizadas marcaram profundamente os costumes, o imaginário, a cultura, a sociedade e, através de uma intensa miscigenação, sobretudo forçada, moldaram a composição étnico-racial da população.⁶

O revigoramento da escravidão no Oitocentos — acompanhada de incrementos tecnológicos, mecanismos de financiamento e novas formas de controle —, que um número crescente de historiadores rotula de “segunda escravidão”, não se deu de forma tranquila.⁷ A intensificação do comércio negreiro, em alguns casos o perfil étnico dos traficados, o crescimento das cidades escravistas, a expansão do trabalho escravo e a pressão sobre o cativo para produzir

título de exemplo, Richard Graham, “Nos tumbeiros mais uma vez: O comércio interprovincial de escravos no Brasil”, *Afro-Ásia*, n. 27 (2002), pp. 121-160; Robert Slenes, “The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: Regional Economies, Slave Experience, and the Politics of a Peculiar Market”, in Walter Johnson (org.), *The Chattel Principle: Internal Slave Trades in the Americas* (New Haven: Yale University Press, 2005), pp. 325-370 (p. 331 para a cifra mencionada); e José Flávio Mota, *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista* (São Paulo: Alameda, 2012), que no cap. 2 faz um balanço da historiografia do tráfico interno e ao longo do livro discute o intermunicipal em São Paulo.

5. Ver por exemplo, Zephyr Frank, *Dutra's World: Wealth and Family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004); e Ricardo Salles, *E o vale era escravo: Vassouras, século XIX* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2008).

6. Alguns trabalhos de síntese: Herbert Klein e Francisco Vidal Luna, *Slavery in Brazil* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010); Luiz Aranha C. do Lago, *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil 1550-1900* (São Paulo: Companhia das Letras, 2014); e Katia M. de Queirós Mattoso, *Ser escravo no Brasil, séculos XVI-XIX* (São Paulo: Brasiliense, 2007).

7. Sobre a “segunda escravidão”, o texto pioneiro é de Dale W. Tomich, *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy* (Lanham: Rowman & Littlefield, 2004). Ver também, a título de exemplo, Rafael de Bivar Marquese e Ricardo Salles (orgs.), *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016); e Javier Laviña e Michael Zeuske (orgs.), *The Second Slavery: Mass Slavery and Modernity in the Americas and in the Atlantic Basin* (Zurique: Lit, 2014).

mais com vistas a abastecer um mercado internacional cada vez mais sedento e mais bem organizado para o financiamento da produção e o consumo de produtos tropicais contribuíram, entre outros fatores, para a inquietação dos moradores de casebres urbanos e senzalas cada vez mais povoados. Apesar de a classe senhorial não formar um grupo politicamente coeso, nem socialmente homogêneo, os maiores senhores, os barões do café e do açúcar, grandes traficantes e seus financiadores lograram controlar a máquina do regime imperial no processo de formação do Estado nacional brasileiro.⁸ Esse movimento se deu, todavia, num ambiente de conflitos, sob o desafio de dissidências regionais amiúde acompanhadas de movimentos com apelo popular no campo e na cidade, sobretudo no conflagrado período regencial. As elites brasileiras, os escravistas de um modo geral e a maior parte do povo livre concordavam com uma coisa, no entanto: o escravo carecia ser controlado.⁹ Até que o abolicionismo dividisse as fileiras dos cidadãos livres ao longo da segunda metade do Oitocentos, os senhores tiveram de enfrentar maior ou menor resistência dos cativos — inclusive a resistência do dia a dia — em cada lugar em que a escravidão floresceu. Apesar de presentes em épocas anteriores, as revoltas escravas, por todos os fatores apresentados até aqui, foram mais frequentes no último século da escravidão no Brasil.

As revoltas representaram o estilo mais radical de protesto coletivo dos escravizados, embora não fossem tão frequentes como os quilombos. Mas, como estes, elas — talvez na sua maioria — não previam a destruição do regime escravocrata ou mesmo a liberdade dos cativos nelas diretamente envolvidos. Muitas revoltas visavam tão somente corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos — às vezes a devolução de direitos costumeiros sonegados —, ou atacando senhores

8. Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial* (São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987); e Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011).

9. Para um debate sobre a dimensão política do protesto escravo, ver: Rafael de Bivar Marquese, “A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX”, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 74 (2006), pp. 107-123; Flávio dos Santos Gomes e Roquinaldo Ferreira, “A miragem da miscigenação”, *Novos Estudos CEBRAP* n. 80 (2008), pp. 141-162; e Rafael de Bivar Marquese e Tâmis Parron, “Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825”, *Revista de Indias*, v. 71, n. 251 (2011), pp. 19-52.

e fatores particularmente cruéis. Eram levantes que pretendiam reformar a escravidão, não destruí-la, movimentos emergenciais, embora não exatamente “espontâneos”. Consideramos também como temas aqui contemplados a conspiração escrava, o levante que não saiu do berço, e a preocupação, às vezes o desespero, dos homens livres com a possibilidade de levantes.¹⁰

Até a virada do século XIX, o Brasil não conheceu grandes revoltas escravas, salvo se definirmos a formação de quilombos como revolta.¹¹ De fato eram, mas neste livro consideramos como tal apenas aquela manifestação coletiva dos escravos — não importando sua dimensão — com vistas a romper através da força a rotina da produção de bens e serviços senhoriais, muitas vezes, mas nem sempre, em busca da liberdade completa.¹² Na origem de muitos quilombos, é verdade, esteve a revolta, a ensejar fugas coletivas depois de alguns estragos materiais e da violência contra senhores e seus prepostos.

Palmares, por exemplo, teria sido fundado por escravos revoltosos de um engenho no litoral da então capitania de Pernambuco, mas a rigor não é por isso que o grande quilombo encontrou abrigo neste livro. Palmares é abordado no capítulo escrito por Luiz Felipe de Alencastro, para quem a revolta começou de fato no outro lado do Atlântico, onde o autor busca encontrar os fios que conectaram o grande quilombo às guerras luso-africanas na Angola do século XVII. Sem estas, Palmares não existiria, ou, se existisse, teria outro perfil, argumenta o historiador, buscando estabelecer um sentido sul-atlântico àquela lon-

10. Os variados estilos, dimensões, sentidos e objetivos da rebeldia escrava — e não apenas um unívoco impulso abolicionista — foram estabelecidos há muito tempo pela historiografia da escravidão nas Américas, o que parece ter mal entendido João Pedro Marques, *Revoltas escravas: mistificações e mal-entendidos* (Lisboa: Guerra & Paz, 2006), que ademais faz grande esforço para diminuir o protagonismo escravo e incrementar o de abolicionistas e filantropos europeus e nativos nos diversos processos de emancipação no continente americano. Para uma interessante discussão das ideias desse autor por especialistas do ramo, ver Seymour Drescher e Pieter C. Emmer (orgs.), *Who Abolished Slavery?: Slave Revolts and Abolitionism: A Debate with João Pedro Marques* (Nova York: Bergham, 2010).

11. Para Minas Gerais colonial, há uma série de rumores e consumação de revoltas escravas na primeira metade do século XVIII; ver Gefferson Ramos Rodrigues, “Escravos, índios e soldados: povo, política e revolta na América portuguesa do século XVIII (Pernambuco, Minas Gerais e Bahia)”, Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

12. O tema específico dos quilombos foi contemplado num volume também organizado por João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996).

geva sociedade de negros fugidos e seus descendentes, que desafiou seriamente a sociedade colonial e o escravismo na América portuguesa. Por suas dimensões e seus enfrentamentos contra os senhores e outras forças coloniais, Palmares se qualificaria, enquanto durou, como uma espécie de revolta permanente.

Já o segundo capítulo tece uma trama em que se destaca uma revolta na origem de um modesto quilombo que, ao contrário de Palmares, foi rapidamente controlado. Lara de Melo dos Santos escreveu seu ensaio sobre um episódio acontecido no final do século xvii na região de Camamu, no sul da Bahia, com participação de pardos e crioulos (pretos nascidos no Brasil), ao contrário do que se verificaria noutras revoltas, de outros tempos e locais, em que predominaram africanos, inclusive no que diz respeito aos primeiros povoadores de Palmares, na sua maioria oriundos da região de Angola. A própria aliança entre negros e pardos que caracterizou esse desconhecido levante o torna excepcional, uma vez que durante a colônia aqueles dois grupos se excluíam mutuamente — e para isso eram incentivados pelos brancos — nos mais diversos aspectos da vida social. Por exemplo, cada um se reunia em irmandades católicas e batalhões de milícias próprios, estes últimos usados no controle violento de escravos e indígenas rebeldes.

Conforme já dito, o incremento da importação de africanos a partir do início do século xix favoreceu as revoltas no Brasil. Uma alta proporção de escravos na população e de africanos natos entre os escravizados reforçou a identidade coletiva e a percepção de força diante das camadas livres, mormente quando os cativos tinham perfis étnicos comuns. As revoltas e conspirações escravas na Bahia na primeira metade do século xix, em número superior a três dezenas, foram promovidas por cativos de origem africana, em especial haussás e nagôs, que formavam grandes colônias étnicas na região, chamadas no Brasil de “nações”, como o eram em toda a América: *nación*, *nation*, *natie* etc. Da mesma forma que no Caribe setecentista, o vínculo entre concentração étnica — africanos de igual nação — e revolta se verificou na Bahia, embora não fosse o único fator a concorrer para a rebeldia.¹³ Entre outros, contaram também a experiência

13. Sobre o Caribe, ver Orlando Patterson, “Slavery and Slave Revolts: A Socio-Historical Analysis of the First Maroon War: Jamaica, 1655-1740”, *Social and Economic Studies*, n. 19 (1970), pp. 289-325; Monica Schuler, “Ethnic Slave Rebellions in the Caribbean and the Guyanas”, *Journal of Social History*, v. 3., n. 4 (1970), pp. 374-385; e Michael Craton, *Testing the Chains: Resistance to Slavery in the British West Indies* (Ithaca: Cornell University Press, 1982). O acento

guerreira dos envolvidos, sua filiação religiosa (os muçulmanos podiam ser particularmente militantes) e as condições da escravidão local.

O capítulo 5, de João José Reis, discute um levante baiano conhecido, mas pouco explorado, pela historiografia. Com a característica de uma fuga em massa de cativos, tanto de Salvador como de uma localidade agrícola do outro lado da baía de Todos-os-Santos, a revolta de 1809 durou alguns dias e ganhou versões conflitantes de seus contemporâneos, as quais são aqui analisadas. Dela participaram africanos de nação haussá, que eram na sua maioria muçulmanos mais e menos ortodoxos. A documentação disponível, contudo, não permite vislumbrar a provável presença do Islã na revolta.

Os rumores de revolta no Recife, em maio de 1814, pareciam apontar para a repercussão ali de uma outra revolta baiana, acontecida em fevereiro daquele ano, também capitaneada por haussás.¹⁴ No capítulo 3, Luiz Geraldo Silva destrincha aqueles rumores, apontando que teriam sido alimentados por certas representações mentais dos denunciante, explica o historiador. Em lugar de enfatizar o background africano dos suspeitos presos — aliás oriundos das mais diversas procedências na África, ao contrário dos rebeldes baianos —, Silva percebe o processo de criouliização cultural entre eles, entendendo por tal sua participação em circuitos locais de sociabilidade, como os reinados e irmandades católicas. Essas circunstâncias *não* apontariam para um projeto de revolta escrava, em interessante contraponto a outros eventos rebeldes tratados neste livro nos quais a religiosidade, apesar de criouliizada, os teria favorecido.¹⁵

étnico akan/coromanti, o mais influente no Caribe rebelde, permanece relevante em estudos mais recentes, ainda que calibrado pelas teses da criouliização, como em Vincent Brown, *Tacky's Revolt: The Story of an Atlantic Slave War* (Cambridge, MA: Belknap Press, 2020), sobre a Jamaica, e Merjoleine Kars, *Blood on the River: A Chronicle of Mutiny and Freedom on the Wild Coast* (Nova York e Londres: New Press, 2020), sobre Berbice/Suriname. A sombra rebelde coromantee também pairou sobre Nova York em 1712 e 1741. Ver John Thornton, "The Coromantees: An African Cultural Group in Colonial North America and the Caribbean", *Journal of Caribbean History*, v. 32, n. 1-2 (1998), pp. 161—78; e Jill Lepore, *New York Burning: Liberty, Slavery, and Conspiracy in Eighteenth-Century Manhattan* (Nova York: Alfred A. Knopf, 2005).

14. Ver João José Reis, "Há duzentos anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia", *Topoi*, v. 15, n. 28 (2014), pp. 68-115.

15. Sobre processos de mistura, adaptação, renovação e invenção culturais vivenciados por africanos escravizados nas Américas, a que chamaram de "criouliização", ver o ensaio pioneiro de Sidney Mintz e Richard Price, *The Birth of African-American Culture: An Anthropological Pers-*

Não surpreende que a revolta baiana de 1814 não tivesse viajado até o Recife. A Bahia parece ter mesmo constituído um caso à parte, semelhante ao Caribe do século XVIII, onde lideranças étnicas acionaram com frequência recursos do universo religioso africano para mobilizar os escravos. No século seguinte, no Caribe e nos Estados Unidos, os crioulos substituiriam ou se associariam a africanos ladinos na lide rebelde, agora inspirados numa leitura radicalizada da Bíblia.¹⁶ Noutras regiões do Brasil o desiderato étnico não vingou com a força com que o fez em território baiano. Desse modo, africanos de diferentes nações, além de crioulos, realizaram revoltas em comum, ainda na primeira metade do século XIX, quando o tráfico vigorava com toda força. Nesse aspecto, na sua maior parte o Brasil oitocentista se assemelhava mais a outras Américas do mesmo período. Por exemplo, Richmond (Virgínia, Estados Unidos), em 1800, Nova Orleans (Louisiana, Estados Unidos), em 1811, a ilha de Cuba, em 1812 e 1825, locais, entre outros, em que se verificaram alianças de escravos crioulos com africanos de diferentes nações, além, em determinados casos, de negros livres e libertos, e até brancos, como teria acontecido na Nova York de 1741.¹⁷

Três revoltas multiétnicas se apresentam neste livro: a de Campinas (então

pective (Boston: Beacon Press, 1992 [orig. 1974]). Há tradução no Brasil pela Pallas/ Universidade de Candido Mendes (2003).

16. Sobre a Guerra Batista na Jamaica (1831-1832), ver Mary Turner, *Slaves and Missionaries: The Disintegration of Jamaican Slave Society, 1787-1834* (Urbana: University of Illinois Press, 1982); sobre outra revolta inspirada na Bíblia, Emilia Viotti da Costa, *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823* (São Paulo: Companhia das Letras, 1994). Na mesma linha de cristianismo rebelde está a revolta messiânica de Nat Turner, em Southampton, no estado de Virgínia, Estados Unidos, em 1831. Ver Herbert Aptheker, *Nat Turner's Slave Rebellion* (Nova York: Humanities Press, 1966), que reproduz as “confissões” de Nat Turner; Kenneth S. Greenberg (org.), *Nat Turner: A Slave Rebellion in History and Memory* (Oxford: Oxford University Press, 2003); e Joseph Lexler-Dreis, “Nat Turner’s Rebellion as a Process of Conversion”, *Black Theology*, v. 12, n. 3 (2014), pp. 230-250, entre outros títulos a respeito dessa célebre revolta.

17. Douglas R. Egerton, *Gabriel's Rebellion: The Virginia Slave Conspiracies of 1800 and 1802* (Chapel Hill: The University of North Carolina University Press, 1993); James Sidbury, *Ploughshares into Swords: Race, Rebellion, and Identity in Gabriel's Virginia* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997); Daniel Rasmussen, *American Uprising: The Untold Story of America's Largest Slave Revolt* (Nova York: HarperCollins, 2011); Matt D. Childs, *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006); Manuel Barcia, *The Great Slave Revolt of 1825: Cuba and the Fight for Freedom in Matanzas* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2012); Lepore, *New York Burning*.

vila de São Carlos), em São Paulo, sufocada no berço em 1832 (capítulo 6); a Revolta de Carrancas, Minas Gerais, em 1833 (capítulo 7); e a de Manoel Congo (ou do Paty do Alferes), em Vassouras, Rio de Janeiro, em 1838 (capítulo 14). Em todas predominou o rebelde africano, mas negros brasileiros (chamados de crioulos) também participaram. Com o declínio da população africana depois da proibição definitiva do tráfico em 1850, os crioulos passariam a responder pela maioria dos engajados em revoltas — embora às vezes ao lado de africanos mais velhos —, em especial nas últimas duas décadas da escravidão, conforme se lê em diversos capítulos deste livro.

Uma exceção quanto à composição étnica de uma revolta ocorrida no início do Oitocentos foi a que teve lugar na vila de Guaraparim, no sul da capitania do Espírito Santo, onde escravos crioulos (não se mencionam africanos) de duas fazendas se levantaram em 1811 e as ocuparam durante décadas, legando até as atuais gerações os resultados de um movimento pequeno, circunscrito, mas vitorioso. Esse episódio deveras singular é apresentado no capítulo 4, de Thiara Bernardo Dutra. Foi uma ação localizada, de cativos que reivindicavam a devolução de direitos adquiridos na exploração de madeira, direitos então ameaçados pela transferência das propriedades após a morte do antigo senhor. Não houve aqui influências externas ao pequeno universo em que se situava a senzala rebelde, pelo que foi constatado pela historiadora.

Em outros cenários, os revoltosos receberam estímulo de fora. A onda de transformações políticas e ideológicas que agitaram o mundo atlântico, na chamada Era das Revoluções, influenciou a rebeldia negra nas Américas, inclusive no Brasil, e não apenas entre os escravizados, mas também os crioulos e pardos livres e libertos. Os debates em torno do direito dos homens e das nações à liberdade — conversas travadas sobretudo nas metrópoles imperiais mas repercutidas nas colônias — revelaram aos cativos que os homens livres estavam divididos e que pelo menos um dos lados do racha empregava uma linguagem que soava bem aos ouvidos dos escravos. A Revolução Francesa estimulou a rebeldia negra no continente americano por vias diretas e indiretas. Entre 1791 e 1804 aconteceu na colônia francesa de Saint-Domingue — conhecida no Brasil de então por São Domingos — a única revolução escrava bem-sucedida nas Américas, influenciada de imediato pelos acontecimentos na França revolucionária. Os escravos aproveitaram-se das divisões de classe e raça na colônia, dos conflitos políticos na metrópole e da retórica revolucionária do momento, combinada com

tradições trazidas da África. A Revolução Haitiana destruiu a mais lucrativa colônia europeia nas Américas e criou um Estado negro, transformando-se num símbolo de resistência escrava e igualdade racial em todo o hemisfério, um lembrete de que era possível vencer a classe senhorial e até aniquilá-la.¹⁸

Mais do que alimentar sonhos de liberdade nas senzalas e barracos brasileiros, o Haiti nutriu pesadelos em casas senhoriais, palácios governamentais e *clubs* liberais. Na conjuntura da Independência no Brasil, várias vozes apegadas à ordem advertiram sobre a possibilidade de uma reprodução doméstica do fenômeno haitiano, caso se aprofundassem as divergências entre portugueses e brasileiros. O temor do chamado *haitianismo* atravessaria muitas décadas do século XIX. Imaginem que, ainda em 1867, uma autoridade do Maranhão invocou o Haiti por temer que os brancos fossem massacrados durante uma revolta no município de Viana. Na ocasião os escravos desceram do quilombo São Benedito para sublevar as senzalas das fazendas vizinhas. Por sua data avançada, esse acontecimento mostra que o fantasma do Haiti assustou os brancos brasileiros durante muito tempo, além de ter sido amiúde usado para uni-los em favor do endurecimento do controle da escravaria. No caso maranhense, a relação entre quilombo e revolta foi inversa à que antes sugerimos: a revolta nasceu do quilombo, e não o contrário. O evento está contemplado nesta coletânea entre aqueles estudados por Flávio dos Santos Gomes e Maria Helena P. T. Machado.¹⁹

A divisão entre os livres podia favorecer a rebelião escrava porque revelava

18. O estudo clássico sobre essa poderosa revolta é C. L. R. James, *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*, 2ª ed. (Nova York: Vintage, 1963) (há tradução para o português publicada pela Boitempo). Um ótimo panorama mais recente foi feito por Laurent Dubois, *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution* (Cambridge: Belknap, 2004). Uma interpretação que enfatiza a tradição quilombista dos cativos haitianos para o desenlace do movimento, em detrimento dos “ideais democrático-burgueses”, é Carolyn Fick, *The Making of Haiti* (Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990). A articulação entre as duas revoluções, a francesa e a haitiana, é bem apresentada por Robin Blackburn, *A queda do escravismo colonial, 1776-1848* (Rio de Janeiro: Record, 2002).

19. Sobre a revolta maranhense, ver também Mundinha Araújo, *Insurreição de escravos em Viana, 1867* (São Luís: Sioge, 1994). Sobre a repercussão do Haiti no Brasil, confira Marco Morel, *A Revolução do Haiti e o Brasil escravista: o que não deve ser dito* (Jundiaí: Paco, 2017). A repercussão atlântica do movimento haitiano é o tema, entre outros trabalhos, do estudo pioneiro — mas só recentemente publicado — de Julius Scott, *The Common Winds: Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution* (Londres e Nova York: Verso, 2018); e David Geggus e Norman Fiering (orgs.), *The World of the Haitian Revolution* (Bloomington: Indiana University

aos cativos a debilidade política e às vezes moral dos senhores, afrouxava a vigilância e diminuía a eficiência da repressão. Debates parlamentares, guerras externas, revoltas regionais, disputas políticas locais abriam brechas através das quais a rebeldia escrava vez ou outra penetrava. Esses elementos, aliás, seriam uma marca das revoltas escravas em todas as Américas.²⁰ A Revolta de Carrancas, em 1833, foi em alguma medida tributária de dissidência política no seio da elite mineira que havia alcançado um ponto crítico, naquele mesmo ano, com uma revolta militar para restaurar o trono de Pedro I, que havia dois anos o abdicara. Como se deu em diversos pontos do Atlântico escravista, inclusive no Brasil, esteve na origem desse movimento a expectativa por parte dos cativos mineiros de se beneficiar de uma lei que os emanciparia. Pois haviam corrido boatos em Carrancas de que os “caramurus” (adeptos do ex-imperador), logo eles, teriam abolido a escravidão, mas seus senhores se recusavam a ceder. O caso é tratado, em toda sua complexidade, por Marcos Ferreira de Andrade no capítulo 7.²¹

Entre as mudanças na política da escravidão, especificamente, foi da maior importância para a agitação escrava a longa e lenta trajetória abolicionista, contando as leis que proibiram o tráfico, as que reformaram a escravidão e por fim as campanhas abolicionistas da última década do regime escravocrata. O fenômeno reportava ao final do século XVIII. O alvará de 1773, que libertava o ventre escravizado na metrópole portuguesa, repercutiu na capital da capitania da Paraíba, por exemplo, onde pardos e crioulos livres interpretaram peculiarmente a lei e concluíram que a Coroa abolira o cativeiro na colônia. Mas aquelas conversas não incluíam escravos, nem levariam ao planejamento de uma revolta para implementar no Brasil a suposta vontade de el rei d. José I.²²

Criando esperança em alguns setores da população cativa, sobretudo ne-

Press, 2009). Um estudo de caso exemplar é o de Ada Ferrer, *Freedom's Mirror: Cuba and Haiti in the Age of Revolution* (Cambridge: Cambridge University Press, 2014).

20. Brown, *Tacky's Revolt*, explora esse tema, engenhosamente, conectando a Guerra dos Sete Anos na Europa à Revolta de Tacky na Jamaica, além de outras implicações atlânticas.

21. A revolta de Demerara, em 1823, decorreu em parte de uma interpretação dos rebeldes de que uma lei que atenuava o tratamento dispensado aos escravos seria de fato emancipacionista. Ver Costa, *Coroas de glória*. Discussões sobre abolição no parlamento de Cádiz, Espanha, também repercutiram entre os envolvidos na revolta de Aponte, em Cuba, 1812. Ver Child, *The Aponte Rebellion*, pp. 158-161; e Ferrer, *Freedom's Mirror*, cap. 7.

22. Luiz Geraldo Silva, “Esperança de liberdade: interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774)”, *Revista de História*, n. 144 (2001), pp. 107-149.

gros e mestiços nascidos no Brasil e africanos ladinos, a agitação escrava permeou vários episódios da era da descolonização, a exemplo da Conspiração dos Alfaiates (ou dos Búzios) na Bahia, em 1798, a Revolução de 1817, em Pernambuco, e os movimentos pela independência em várias partes do país, em 1821-1823. Entre outros momentos relevantes do Brasil independente, a lei de 1831, que proibia o tráfico internacional de africanos, seria interpretada como emancipacionista por escravos da vila de Itapemirim, no Espírito Santo. A mesma lei entrou na complexa teia de motivações dos escravos que conspiraram contra seus senhores no município cafeeiro de Campinas, São Paulo, em 1832, evento aqui estudado por Ricardo Pirola no capítulo 6. Os cativos campinenses apostaram em que o fim do tráfico valia também para a escravidão e, já que seus senhores fingiam ignorá-lo, decidiram embarcar na arriscada aventura da rebeldia para implementar a emancipação definitiva. A presença expressiva de redes de parentesco entre os cativos envolvidos não os impediu de se rebelarem — como aliás não impediu a outros rebeldes encontrados ao longo deste livro. Nesse sentido, abre-se aqui uma polêmica com autores que argumentam ter sido a família escrava um fator de “paz das senzalas”.²³

A conspiração de Campinas foi descoberta e desarticulada, mas a subsequente devassa demonstrou que os escravos envolvidos acompanhavam, discutiam e agiam estimulados pelo noticiário e pelos rumores sobre assuntos que lhes diziam respeito. O mesmo pode ser dito acerca da revolta de 1864 em Serro e Diamantina, Minas Gerais. Aqui os conspiradores acreditaram ter chegado a hora da liberdade a partir de um entendimento de que as discussões sobre o “elemento servil” no Parlamento brasileiro e as notícias sobre a emancipação dos escravos nos Estados Unidos, no ano anterior, anunciariam o fim do regime escravista também no Brasil. Mas a grande novidade nesse episódio

23. Sobre a pacificação da população escrava em decorrência de uma maior incidência das redes familiares, ver Manolo Florentino e José Roberto Góes, *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico (Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997). No mesmo sentido argumentam, para contextos diferentes, Herbert G. Gutman, *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750-1925* (Nova York: Pantheon Books, 1976); e João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, 3ª ed. (São Paulo: Companhia das Letras, 2012), pp. 416-417. No sentido contrário, ver Robert Slenes, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, Sudeste, século XIX* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999).

é que os rebeldes aprendiam sobre o que se passava além de seu mundo imediato nos jornais que lhes caíam nas mãos, pois eram letrados, coisa pouco comum. Assim, a revolta, segundo a autora do capítulo 8, Isadora Moura Mota, ganhou sentidos e ampliou esperanças em consequência do letramento dos escravos envolvidos.

Em local muito distante dali, mas próximo no tempo, em 1867, durante revolta em Viana, os quilombolas do mocambo de São Benedito também quiseram mudar o mundo com um apelo abolicionista. A escrita não deixou de fazer parte dos planos, mas de outra perspectiva que não a de seus congêneres mineiros. Num dos lances mais originais do levante maranhense, os insurgentes obrigaram o administrador de uma das fazendas conflagradas a escrever uma carta em que declaravam: “nos achamos em campo a tratar da Liberdade dos Cativos, pois a [sic] muito que esperamos por ella [...]”.²⁴ A declaração abolicionista não era gesto frouxo e fraco, mas um disposto a convencer, pois para esses escravos a palavra escrita, que eles não dominavam, tinha o poder de realizar desejos. Este e outros aspectos da revolta de Viana são discutidos no já mencionado capítulo 14.

Na fase final da escravidão aconteceram levantes e a formação de pequenos e grandes quilombos em várias regiões do país, embora fossem na sua maioria movimentos localizados, em geral restritos a uma ou duas propriedades, e, nos meses anteriores ao Treze de Maio, fugas em massa das fazendas e engenhos, às vezes antecedidas de investidas violentas contra senhores e feitores.²⁵ Alguns capítulos deste livro tratam precisamente das revoltas na década da abolição, tanto em locais densamente escravistas, como São Paulo, quanto na periferia do sistema, a exemplo do sul da Bahia, estas estudadas por Iacy Maia Mata e Ricardo Tadeu Caires da Silva no capítulo 13; e no Rio Grande do Sul, revoltas nar-

24. Citado por Araujo, *Insurreição de escravos em Viana*, pp. 33-34.

25. Maria Helena Machado, *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição* (Rio de Janeiro: EDURFRJ; São Paulo: Edusp, 1994), pp. 73, 92-94. A respeito da resistência escrava e seu impacto sobre as populações livres, inclusive o movimento abolicionista, ver, além desse livro, Ronaldo Marcos dos Santos, *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)* (São Paulo: IPE-USP, 1980), especialmente o cap. II; Lana Lage da Gama Lima, *Rebeldia negra e abolicionismo* (Rio de Janeiro: Achiamé, 1981); e Celia Maria Marinho de Azevedo, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX* (São Paulo: Paz e Terra, 1987).

radas nos capítulos 10 e 11, escritos, respectivamente, por Paulo Staudt Moreira e Mário Maestri Filho. Numa e noutra região, as pesquisas sugerem a participação ativa dos escravos na destruição da instituição escravocrata.

O advento de levantes nessa fase terminal do regime instaurou um clima de medo que levaria à perseguição, e às vezes linchamento, de abolicionistas acusados de se envolverem em conspirações escravas imaginárias, mas com indícios de inquietante veracidade.²⁶ Foi o que se verificou em São Mateus, no Espírito Santo, também periferia do escravismo brasileiro, no ano de 1884, conforme o estudo de Yuko Miki no capítulo 12.²⁷ Ali foram presos dois abolicionistas, sendo um advogado e o outro lavrador, incriminados por acoitar escravos fugidos em nome de uma sociedade abolicionista. No período logo após a abolição, a inquietação entre os libertos do Treze de Maio e o receio de que se levantassem ganharam o centro da cena em algumas regiões. O caso da Bahia é discutido no capítulo 13.

A participação de homens libertos e livres na concepção e execução de revoltas escravas não esperou, para acontecer, o momento de desagregação galopante do regime escravocrata para acontecer. Esse panorama se estabeleceu no Brasil e em outras regiões da América escravista, tema amplo que solicita um ensaio à parte.²⁸ Diversos capítulos desta coletânea tratam do tema delicado das alianças entre escravizados e livres e libertos, laços tecidos pelos mais diversos motivos e circunstâncias: pendor abolicionista, solidariedade familiar, interesses materiais, comunhão religiosa, entre outros.

De uma revolta em Castro, Paraná, em 1867, participaram escravos e livres, com vínculos de parentesco entre si, um episódio de protesto contra uma operação de tráfico interno que ameaçava separar as famílias da comunidade, conforme se lê no capítulo 9, da lavra de Eduardo Spiller Pena. Numa das várias

26. Ricardo Pirola, “A lei de Lynch no ocaso da escravidão: linchamentos, justiça e polícia (1878-1888)”, in Regina Celia Lima Xavier e Helen Osório (orgs.), *Do tráfico à pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil* (São Leopoldo: Oikos, 2018), pp. 454-480.

27. Ver também sobre este episódio: Robson Luis Machado Martins, “Em Louvor a Sant’Anna: notas sobre um plano de revolta escrava, em São Matheus, norte do Espírito Santo, em 1884”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 38 (2000), pp. 67-83.

28. Em quase todas as revoltas não tratadas neste livro, mas antes mencionadas — Revolução do Haiti, Gabriel Prosser, Aponte, Demerara, Jamaica (1831), a dos malês etc. —, observa-se a participação de indivíduos não escravizados, inclusive entre seus líderes.

histórias de rebeldia no Rio Grande do Sul narradas tanto por Mário Maestri como por Paulo Staudt Moreira, homens livres teriam incitado escravos à revolta com promessas de liberdade e saque das fazendas de Capivari, região central da província, em 1859.²⁹ Noutro caso, em Pelotas, um liberto foi investigado por insuflar escravos a apoiar os ingleses numa guerra que porventura eclodisse no auge da Questão Christie, em 1863, quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra. O pendor abolicionista dos ingleses seria mencionado de maneira explícita como incentivo à mobilização dos cativos nesse evento. Uma autoridade chegou a sugerir que o suspeito pudesse estar agindo como agente dos ingleses, que teriam planos sinistros de fazer a guerra aos brasileiros com ajuda de suas escravarias.³⁰ A insurreição de Queimado, ocorrida em 1849, no Espírito Santo, teve tanto características de “messianismo”, envolvendo possivelmente práticas religiosas africanas, como a participação de missionários capuchinhos italianos e a percepção por parte dos escravos do contexto político envolvendo debates parlamentares e pressões da Inglaterra em torno da cessação do tráfico negreiro.³¹

Um parêntese sobre essa matéria. Não era novidade a suspeita de que “emissários” ingleses andassem a agitar os escravos brasileiros. Trinta anos antes, preocupadas com possíveis repercussões no país da grande revolta de 1831-1832 na Jamaica, as autoridades brasileiras alertaram seus agentes consu-

29. Os capítulos escritos por esses dois historiadores com frequência se complementam na narrativa — nem sempre na interpretação — dos mesmos episódios, em especial aqueles que tiveram lugar na segunda metade do século XIX.

30. Uma nova interpretação da Questão Christie coloca em seu âmago a pressão inglesa para que o Brasil libertasse em definitivo os africanos confiscados do tráfico ilegal, uma controvérsia que se arrastava havia décadas. Ver Mamigonian, *Africanos livres*, cap. 9.

31. A respeito desta revolta, ver Afonso Cláudio, *Insurreição do Queimado: episódio da história do Espírito Santo*, apresentação e notas de Luiz Guilherme Santos Neves e “Repertório de documentos” de Fernando Achiamé (Vitória: Editora da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979 [orig. 1884]); Vilma Paraíso Ferreira de Almada, *Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)* (Rio de Janeiro: Graal, 1984), pp. 169-172; José Roberto Pinto de Góes, “Queimado: uma rebelião escrava na província do Espírito Santo”, *Cadernos do Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social*, n. 4 (1997), pp. 5-15; Lavínia Coutinho Cardoso, “Revolta negra na Freguesia de São José do Queimado: escravidão, resistência e liberdade no século XIX na província do Espírito Santo (1845 -1850)”, Mestrado em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, 2008; e idem, *Revolta do Queimado: negritude, política e liberdade no Espírito Santo* (Curitiba: Editora Abris, 2020).

lares para que empregassem, quanto aos viajantes ingleses, “a maior vigilância a fim de que se não introduzam no Brasil as mesmas doutrinas que hoje tornam talvez indispensável a ruína da maior parte dos proprietários das colônias inglesas”.³² Dois anos e dois meses depois vinha a confirmação da suspeita, através de um ofício reservado da diplomacia brasileira em Londres, de que membros de “várias sociedades de filantropia e emancipação” estariam na Jamaica, na Venezuela, em Cuba e no Brasil “excitando a levantes, espalhando entre eles [escravos] ideias de insubordinação”.³³ Contudo, assim como em 1863, nada de concreto se descobriu sobre a mão invisível dos ingleses em qualquer movimento escravo em território brasileiro.

Com ou sem ingleses, o medo era de que os rebeldes se apropriassem da ideologia liberal — em sua versão abolicionista —, tida como propriedade intelectual do homem livre e branco, e a transformassem em instrumento de emancipação. O historiador Eugene Genovese chegou a afirmar que, na era das revoluções burguesas e das independências americanas — tendo a Revolução do Haiti como ponto fulcral —, desapareceriam as revoltas que, por suposto, tiveram por objetivo restaurar uma espécie de África perdida, predominantes anteriormente. Essa tese já foi refutada por vários historiadores, sob o argumento de que nem todas as revoltas daquele primeiro período eram “restauracionistas”, sendo algumas até abolicionistas, nem as ideologias africanas recuavam in totum diante da marcha inexorável do ideário liberal burguês, no segundo período.³⁴

Se no Brasil oitocentista escravos rebeldes atentaram para a retórica do liberalismo — amiúde presente nas disputas políticas dos homens livres —, ou essa retórica inspirou negros (sobretudo crioulos) e pardos à ação coletiva, o mesmo não se pode dizer da corrente central das rebeliões baianas na primeira metade daquele século, da conspiração de Campinas, em 1832, da Revolta de Manoel Congo, em 1838, entre outros movimentos dirigidos pelos africanos, e

32. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), cód. 216-1-14, Ofício de 5 jun. 1833.

33. AHI, cód. 217-3-3, Ofício do Agente Consular do Brasil em Londres ao Ministério dos Estrangeiros, 2 set. 1835. AHI, cód. 216-1-14, ofício de 5 jun. 1833.

34. Eugene Genovese, *From Rebellion to Revolution: Afro-American Slave Revolts in the Making of the Modern World* (Nova York: Vintage, 1979). Entre seus críticos, Craton, *Testing the Chains*; e Fick, *The Making of Haiti*.

até por crioulos, alguns inclusive nos últimos anos da abolição.³⁵ O islamismo africano, o catolicismo crioulo, a feitiçaria e o curandeirismo afro-brasileiros serviram de guia intelectual, moral e prático a escravos rebeldes, tanto quanto como arsenal de ataque e defesa — muitas vezes, é verdade, misturados a elementos da ideologia liberal ou de políticas de governo dela decorrentes, como a legislação antitráfico e abolicionista, conforme já vimos.

É que a resistência à escravidão ou a seus excessos nem sempre acompanhava o calendário ou lançava mão da linguagem da grande política secular. Com frequência a melhor hora de atacar estava marcada no calendário e falava o idioma da festa, da folga e do ritual. Num campo de poder instituído entre o cotidiano e o cosmo se celebrava grande parte da política escrava. Por isso numerosas conspirações e revoltas ocorreram exatamente nos períodos festivos, e não só no Brasil.³⁶ E festas religiosas muitas vezes envolvendo tanto senhores como cativos, cada qual a celebrar suas próprias divindades. Por exemplo, a revolta de escravos haussás em Salvador — muitos deles, a maioria talvez, muçulmanos — aconteceu nos primeiros dias de janeiro de 1809, e que teve início com uma fuga de numerosos escravos do Recôncavo no dia seguinte ao Natal do ano anterior (capítulo 5). A revolta de 1832, em Campinas, fora também planejada para estourar no Natal daquele ano (capítulo 6), e no Rio Grande do Sul outras tantas foram planejadas para acontecer em dias de domingo e santificados (capítulos 10 e 11).

No plano da diversão e da devoção se verificavam experiências culturais amiúde alheias a um ideário “liberal”, por mais amplo, frouxo e abstrato que se considere o termo. Identidade e solidariedade coletivas eram potencializadas através de rituais e arsenais simbólicos que reafirmavam valores espirituais e étnicos do grupo. O capítulo 9, de Eduardo Spiller Pena, busca em tradições de ancestralidade da África bantu, reelaboradas no registro católico, as dimensões simbólicas — ou o poder dos símbolos — na revolta em Castro antes mencionada. Como esse episódio sugere, o papel da religião na resistência escrava não se limitou a expressões de maior densidade africana, como o Islã nos levantes baia-

35. Sobre os últimos anos da escravidão, ver Machado, *O plano e o pânico*, especialmente o cap. 3.

36. Em João José Reis, “Quilombos e revoltas escravas no Brasil”, *Revista USP*, n. 28 (1995-1996), pp. 31-32, são listadas revoltas escravas fora do Brasil acontecidas ou planejadas para dias festivos.

nos, as mezinhas africanas na conspiração de Campinas em 1832 e a presença de “feiticeiros” em episódios rebeldes em São Paulo já na década final da escravidão (capítulo 14). Os escravos cristianizados criaram no Novo Mundo uma forma peculiar, africanizada de cristianismo que às vezes os ajudaria não apenas a interpretar e carregar nas costas o mundo, mas também a tentar transformá-lo.

Os santos católicos se envolveram em diversas lutas escravas no Brasil. Consta que Cosme das Chagas, o líder dos escravos balaaios no Maranhão, era devoto de Nossa Senhora do Rosário, santa mui popular entre os negros brasileiros, para cujo “partido sagrado dessa Irmandade” o liberto cearense recrutava combatentes.³⁷ Outros movimentos escravos, sobretudo no Sudeste do Brasil, tiveram um sotaque católico. Em Vassouras, em 1847, escravos devotos de santo Antônio teriam se envolvido numa conspiração com data marcada para o dia de são João. Robert Slenes suspeita da cumplicidade de santo Antônio em uma vasta conspiração, no ano seguinte, na qual estariam envolvidos escravos de origem bantu espalhados por vários municípios do Vale do Paraíba e sul de Minas Gerais. Já no Recife da mesma época, um liberto protestante enxergava na Bíblia todos os sinais de que chegara a hora de os negros virarem a mesa, como, dizia ele, tinham feito no Haiti. Tais mensagens messiânicas, ao estilo de Nat Turner, faziam parte de versos escritos na forma de cordel que aquele pregador, alcunhado Divino Mestre, usava para ensinar outros negros a ler. Esse é o episódio no Brasil que mais se aproxima das diversas revoltas e conspirações nos Estados Unidos e no Caribe inspiradas no cristianismo revivalista.³⁸

Os escravos, por óbvio, dispunham de recursos políticos e materiais mo-

37. Maria Januária Vilela Santos, *A Balaia e a insurreição de escravos no Maranhão* (São Paulo: Ática, 1983); e Mundinha Araújo, *Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas, Negro Cosme: tutor e imperador da liberdade* (Imperatriz: Ética, 2008).

38. Robert Slenes, “L’arbre nsanda replanté: cultes d’affliction kongo et identité des esclaves de plantation dans le Brésil du sud-est (1810-1888)”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 67/68 (2007), pp. 217-313; Marcus J. M. de Carvalho, “Que crime é ser cismático? As transgressões de um pastor negro no Recife patriarcal, 1846”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 36 (2000), pp. 97-122; idem, “Fácil é serem sujeitos, de quem já foram senhores: o abc do Divino Mestre”, *Afro-Ásia*, n. 31 (2004), pp. 327-334; Marcus J. M. de Carvalho e Andréa T. B. Ferreira, “Alfabetizando ‘Morenos’ no Recife na década de 1840”, in Marcelo MacCord et al. (orgs.), *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista* (Rio de Janeiro / Faperj 7Letras, 2017), pp. 42-57; Santos, *A Balaia*; e Araújo, *Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas*.

destos para levar a cabo projetos ousados de rebeldia coletiva, mas não desconheciam o que se passava no universo político dos homens livres, até porque viviam muito próximos e atentos a suas atitudes e palavras. Fizeram política, sim, mas com uma linguagem sua, às vezes com a linguagem do branco filtrada por interesses e razões próprios, ou, ainda, combinando elementos da cultura escrava com o discurso da elite liberal e abolicionista. Vários de seus líderes tiveram posturas emancipacionistas antes de estas serem abraçadas por largos setores livres da sociedade, e, quando estes o fizeram, a rebeldia escrava recrudesceu, logrando, em contrapartida, radicalizar setores de um movimento abolicionista predominantemente branco. Os rebeldes tornaram a religião africana aqui adaptada, ou o catolicismo africanizado que inventaram, em instrumentos de intervenção política. Embora fossem quase sempre derrotados em seus objetivos, eles e elas marcariam limites além dos quais seus opressores não seriam obedecidos, e se constituíram em força decisiva para a derrocada do regime que os oprimia.

*

O tema desta coletânea tem sido estudado desde longa data no Brasil. Além de crônicas oitocentistas sobre Palmares e outros episódios de resistência coletiva dos escravos, vários trabalhos a respeito das revoltas baianas, por exemplo, foram produzidos entre o final do século XIX e o início do XX.³⁹ Ao longo do Novecentos, livros dedicados às insurreições negras (sem falar de quilombos) se multiplicaram, como os escritos por Aderbal Jurema, Luís Luna, Clóvis Moura, Décio Freitas. Escrevendo de uma perspectiva ideológica de esquerda, esses autores celebravam o tema e apontavam as razões e os limites estruturais e imediatos da revolta, com maior ou menor rigor analíti-

39. Ver, sobre a historiografia das revoltas baianas, João José Reis, “Um balanço dos estudos sobre as revoltas escravas da Bahia”, in João José Reis (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1988), pp. 87-140. Um apanhado mais geral sobre a historiografia das revoltas até meados da década de 1980 foi feito por Suely Robles Reis de Queiroz, “Rebeldia escrava e historiografia”, *Estudos Econômicos*, v. 17, n. especial (1987), pp. 7-35. Para um panorama das revoltas no século XIX, ver João José Reis, “‘Nos achamos em campo a tratar da liberdade’: a resistência negra no Brasil oitocentista”, in Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). Formação: histórias* (São Paulo: Editora do Senac, 2000), pp. 241-263.

co, lançando mão de pesquisa original ou não. O trabalho de Moura, *Rebeliões da senzala*, sobretudo sua segunda edição (1972), e o de Décio Freitas são os melhores representantes desse grupo, e procuram buscar um maior equilíbrio entre o militante e o pesquisador. Moura, ademais, demonstrou maior sensibilidade para a dimensão étnica de alguns dos levantes abordados, em especial os da Bahia. Ele também procurou enfatizar as conexões das revoltas de escravizados com as convulsões políticas, especialmente no período da Regência.⁴⁰

Outro estudioso dessa geração a ser destacado é José Alípio Goulart. De importância nem sempre reconhecida no debate historiográfico, *Da fuga ao suicídio* devia ocupar a estante dos clássicos sobre escravidão. Além de levantar fontes inéditas, Goulart optou por uma abordagem menos isolada/episódica e mais panorâmica sobre as revoltas em várias partes do Brasil. Do ponto de vista documental, a grande novidade da sua obra foi a incorporação dos relatórios de diferentes províncias, estabelecendo pioneiramente uma reflexão com base em evidências de primeiro grau sobre conspirações, temores e a consumação de revoltas escravas, em diversas épocas, no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e a Corte.⁴¹

Nem Goulart nem os demais nomeados até aqui desenvolveram pesquisas no interior da academia, que desde meados dos anos 1960 já começava a produzir reflexões mais sistemáticas sobre a escravidão no Brasil com base em impressos (sobretudo jornais) e manuscritos inéditos. Pensamos, por exemplo, nos livros de Emilia Viotti da Costa e de Suely Robles Reis de Queiroz, ambos dedicados sobretudo à escravidão paulista. Nenhuma delas se dedicou a estudo específico sobre levantes escravos, mas Viotti propunha, em 1966, uma reflexão com tipologias pioneiras, em uma seção intitulada “O protesto do escravizado”; já Robles Reis discutiu — entre outras ações de rebeldia individual e coletiva — a conspiração de Campinas (aqui retomada por Ricardo Pirola).

40. Aderbal Jurema, *Insurreições negras no Brasil* (Recife: Mozart, 1935); Luiz Luna, *O negro na luta contra a escravidão* (Rio de Janeiro: Leitura, 1968); Clóvis Moura, *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* (Rio de Janeiro: Conquista, 1972 [orig. 1959]); e Décio Freitas, *Insurreições escravas* (Porto Alegre: Movimento, 1976).

41. José Alípio Goulart, *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil* (Rio de Janeiro: Conquista, 1972).

Essa historiadora, sobretudo, transcreveu o rico processo-crime relativo àquele movimento escravo.⁴² Dos estudos que tratam de revoltas, especificamente, tivemos nesse período o de Maria Januária Santos sobre a revolta escrava no seio da Balaiada e o estudo histórico-jurídico de João Pinaud e sua equipe a respeito da Revolta de Manuel Congo, no Rio de Janeiro.⁴³

Não obstante os esforços de pesquisadores de ofício, o tema da revolta escrava coletiva, ao contrário das fugas e quilombos, não tem sido dos mais frequentados pela chamada nova historiografia da escravidão, exceto as insurreições baianas, que foram estudadas por uma plêiade de interessados brasileiros e estrangeiros.⁴⁴ Também relativamente representadas, desde a década de 1980, são as revoltas dos últimos tempos da escravidão.⁴⁵

42. Emilia Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, 3ª ed. (São Paulo: Brasiliense, 1989 [orig. 1966]); Suely Robles Reis de Queiroz, *Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1977), pp. 175-181, e anexo, pp. 207-232. Além do capítulo de Pirola nesta coletânea, ver sobre essa conspiração seu livro *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)* (Campinas: Ed. da Unicamp, 2011).

43. Santos, *A Balaiada e a insurreição de escravos*; e João Luis Duboc Pinaud et al., *Insurreição negra e justiça: Paty do Alferes, 1838* (Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; OAB, 1987). Sobre esse último episódio, aqui tratado no cap. 14, ver também Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006), cap. 2.

44. A discussão dos trabalhos mais antigos sobre as revoltas baianas já está indicada na nota 35. Desde aquele balanço feito no final da década de 1980, outros títulos foram acrescentados. Segue uma pequena amostra apenas dos publicados no Brasil: Paul Lovejoy, “Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos na Bahia”, *Topoi*, n. 1 (2000), pp. 11-44; Alberto da Costa e Silva, “Sobre a rebelião de 1835 na Bahia”, *Revista Brasileira*, n. 31 (2002), pp. 9-33; José Cairus, “*Instrumentum vocale*, *mallams* e alufás: o paradoxo islâmico da erudição na diáspora africana no Atlântico”, *Topoi*, n. 6 (2003), pp. 128-164; idem, “Sócios, parceiros e clubes: pluralidade, redes de solidariedade e liderança na Revolta Malê em 1835”, *Escritos*, n. 7 (2013), pp. 177-209; Nikolay Dobronravín, “Escritos multilíngues em caracteres árabes: novas fontes de Trinidad e Brasil no século XIX”, *Afro-Ásia*, Salvador, n. 31 (2004), pp. 297-326; idem, “Não só mandingas: *Qasīdat al-Burda*, poesia ascética (*zuhdiyyāt*) e as *Maqāmāt* de al-Harīrī nos escritos dos negros muçulmanos no Brasil oitocentista”, *Afro-Ásia*, n. 53 (2016), pp. 185-226; Priscilla Leal Mello, “Cidades atlânticas, leituras escravas: literacia e sociabilidades nas madraças de Salvador no século XIX”, *Candelária*, n. 11 (2011), pp. 17-53; João José Reis, “La Révolte haoussa de Bahia en 1807: Résistance et contrôle des esclaves au Brésil”, *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 61, n. 2 (2006), pp. 383-418; idem, “Há duzentos anos”; idem, *Rebelião escrava no Brasil*.

45. Vai uma pequena amostra na nota 25 de livros especificamente dedicados ao tema.

A parca produção sobre tema tão relevante justifica plenamente a publicação desta coletânea. Seus capítulos são tributários de uma historiografia da escravidão relativamente recente, que tem demonstrado ser possível entender os escravos como sujeitos, no sentido de que a história não passou incólume por eles, de que foram capazes de desenvolver uma visão crítica da sociedade e de futuro redimido. Ao contrário do que um dia escreveu Fernando Henrique Cardoso, a “consciência de revolta” dos escravos não se esgotou — como quer o sociólogo — “na fabulação e nas crenças religiosas”.⁴⁶

Exceto pelo reconhecimento do valor da temática da revolta para se obter um quadro mais completo e complexo da escravidão no Brasil, neste livro o leitor não encontrará um pensamento único a esse respeito. Não se empreendeu qualquer esforço por parte dos organizadores em sequer sugerir a convergência de interpretações ou o compromisso com esta ou aquela escola historiográfica. O convite foi feito em função do tema. Muito pelo contrário — e o leitor irá reconhecer —, cada autor ou autora buscou seu próprio ângulo, o caminho narrativo e interpretativo que melhor lhe pareceu para entender a matéria aqui pautada. Acreditamos ser essa a fórmula mais adequada com vistas a enriquecer o debate sobre assunto tão crucial para entender a dinâmica da escravidão entre nós.

*

Antes de encerrar esta introdução, alguns agradecimentos.

Aos autores dos capítulos por aguardarem tão paciente e longamente pela publicação desta coletânea.

À competente e sempre simpática equipe da Companhia das Letras responsável pela produção do livro.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do qual os organizadores são bolsistas de produtividade em pesquisa, sendo este um dos resultados do apoio desse órgão.

46. Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul* (São Paulo: Difel, 1962), pp. 242-243.